

2ª Edição Revista e Atualizada

Sérgio Abreu

Os Descaminhos da Tolerância

**O afro-brasileiro e o Princípio da Igualdade e
da Isonomia no Direito Constitucional**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2024

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris
Copyright © 2024 by Sérgio Abreu
Categoria: Direitos Humanos

Editor: João Luiz da Silva Almeida
Produção editorial: Angel Cabeza
Assistente editorial: Thiago Duarte
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo
Diagramação: Rômulo Lentini
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio
Financeiro: Juliano de Oliveira
Assistente financeiro: Jefferson Badaró
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia
Eventos: Arianna Pacheco
E-Commerce e atendimento: Maxwell de Souza

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162d

Abreu, Sérgio

Os descaminhos da tolerância : o afro-brasileiro e o princípio da igualdade e da isonomia no direito constitucional / Sérgio Abreu. – 2. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024. 318 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2944-5

1. Direito internacional e direitos humanos. 2. Racismo. 3. Preconceitos. 4. Programa de ação afirmativa. 5. Jurisprudência. 6. Igualdade. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20930-445
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

Sumário

Introdução à Segunda Edição	1
Capítulo I – O Contexto Social e o Afro-Brasileiro	7
1.1. O afro-brasileiro e as desigualdades raciais (análise crítica das teorias racialistas).....	7
1.2. Reflexão interdisciplinar das desigualdades raciais.....	26
1.3. Heróis e Heroínas da Pátria. A Resistência Negra ao Racismo	26
1.4. A frenologia e a etnologia	30
1.5. As academias de medicina — os sanitaristas.....	34
1.5.1. A Faculdade de Medicina da Bahia (1870 - 1930)	34
1.5.2. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	35
1.5.3. As academias de direito	35
1.5.3.1. A Academia de Direito de São Paulo (1870 - 1930)	35
1.5.3.2. A Academia de Direito de Recife (1870-930)	36
Capítulo II – O Princípio da Isonomia e a Igualdade do Afro-Brasileiro no Direito Constitucional.....	39
2.1. A construção do princípio isonômico.....	39
2.2. A evolução histórico-conceitual das categorias: racismo, discriminação e preconceito.....	51
2.3. Racismo	55
2.3.1. A Amplificação Conceitual do Racismo	57
2.3.2. Racismo Reverso.....	62

2.3.3. Racismo Estrutural	65
2.3.4. Racismo Estrutural: Gênero e Orientação Sexual	71
2.3.5. Racismo Estrutural e Mulher Negra.....	73
2.3.6. Racismo Estrutural e Orientação Sexual	75
2.3.7. Racismo Funcional e Institucional.....	77
2.3.7.1. Diferença entre Racismo Funcional e Institucional	77
2.3.7.2. Direito Constitucional: Racismo Funcional e Institucional.....	78
2.3.7.3. Racismo Institucional no Sistema Prisional e Socioeducativo	85
2.3.7.4. O Racismo na Europa Segundo o Relatório da União Europeia Sobre Minorias e Discriminação	87
2.3.7.5. Sistema Europeu	88
2.3.7.6. Estados Unidos	88
2.3.7.7. Racismo Ambiental e Climático.....	89
2.3.7.8. Os Racismos a partir da Lei nº 7716/91 com as alterações introduzidas pela Lei Nº 14.532/2023	98
2.3.7.8.1. Questões Envolvidas no Crime de Injúria racial	98
2.3.7.8.2. Racismo Religioso.....	101
2.3.7.8.3. Racismo Religioso Institucional. O Caso do Feriado de São Jorge e a Decisão do Supremo Tribunal Federal.....	109
2.3.7.8.4. Racismo na Internet e Redes Sociais.....	111
2.3.7.8.5. Racismo Recreativo	117
2.3.7.8.6. Os meios de comunicação e o racismo recreativo no Brasil	119
2.3.7.8.7. Racismo no Esporte	121

2.3.7.9. Instrumentos de Denúncia do Racismo.	
Delegacias de Crimes Raciais.....	125
2.3.7.9.1. SOS Racismo	125
2.3.7.9.2. Disque Racismo.....	126
2.3.7.9.3. Delegacias de Crimes Raciais	127
2.4. Discriminação.....	129
2.4.1. Formas de discriminação	131
2.4.1.1. Discriminação Direta/Imediata	131
2.4.1.2. Discriminação indireta	131
2.4.1.3. Discriminação Múltipla	137
2.5. Preconceito	139
2.6. O afro-brasileiro e a proteção constitucional à diversidade étnico cultural	147
2.7. A legislação infraconstitucional frente à intolerância étnico cultural	153
2.7.1 Considerações acerca do princípio conformador	153
2.7.2. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)	158
2.7.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)	159
2.7.4. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.....	160
2.7.5. A Lei 10.639/2003, Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	161

2.7.6. A lei dos crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997)	162
2.8. A proteção étnico-cultural em outros sistemas.....	166
2.8.1. A experiência norte-americana	167
2.8.1.1. O ativismo judicial	167
2.8.1.2. As conquistas.....	169
2.8.1.3. O Retrocesso na Marcha das Ações Afirmativas.....	171
2.8.2. — A evolução histórico-conceitual/ da <i>affirmative action</i> ...	173
2.8.3. Lei internacional reconhece que aqueles que cometem crimes contra a humanidade devem pagar reparações.....	175
2.9. Sistema educacional.....	180
2.10. Diversidade cultural e unidade nacional nos EUA - Educação para o mercado de trabalho	181
2.11. Processos de dessegregação no campo educacional.....	181
2.12. O papel da Suprema Corte nos Estados Unidos	182
2.13. Experiência europeia	183
2.13.1. O princípio da discriminação positiva	183
Capítulo III – As Diferentes Formas de Racismo.....	185
3.1. O Racismo como Processo de Desumanização	185
3.1.1. A Cimeira de Juristas Negros	185
3.1.2. Política de Segurança Pública e Racismo Institucional.....	187
3.1.3. Letramento Direito como Fator de Justiça	187
3.1.4. Encarceramento Racista	189

3.1.5. Histórico das Chacinas Contra as Comunidades Negras Periféricas.....	192
3.1.6. “Black Lives Matter” “I Can’t Breathe”: Violência Policial Racista	195
3.1.7. Juventude Negra Periférica: Do Crime de Genocídio por Omissão	197
3.1.8. Da Condição Análoga à Escravidão	199

Capítulo IV – O Sistema de Justiça no Combate ao Racismo205

4.1. O Sistema Judicial e a Disparidade Racial	205
4.2. Normas Estaduais que Punem Servidores Públicos pela Prática de Racismo	206
4.3. O Ensino Jurídico e a Formação dos Operadores do Direito	206
4.4. As Disparidades de Raça e Gênero no Ministério Público.....	209
4.5. As Disparidades de Raça e Gênero na Magistratura	210
4.6. Dados que Revelam a Sub-representação de Negros no Sistema de Segurança Pública e Serventuários da Justiça.....	211
4.7. Organização de Juízes e Juízas Negras	212

Capítulo V – As Políticas de Ação Afirmativa – as Cotas Raciais nas Universidades Públicas e Serviço Público213

5.1. A luta histórica das políticas de ação afirmativa – preâmbulo ...	213
5.2. As Cotas no Supremo Tribunal Federal	221
5.3. Lei que instituiu as cotas raciais nas universidades públicas	225
5.4. Das Cotas Raciais no Serviço Público Federal e nas Carreiras Jurídicas	227

Capítulo VI – A Intolerância Racial e a Internacionalização dos Direitos Humanos.....	231
6.1. Os instrumentos de prevenção à intolerância racial	231
6.2. Os instrumentos internacionais de direitos humanos de proteção particularizada ratificados pelo Brasil.....	242
6.3. A incorporação dos instrumentos internacionais de proteção particularizada no direito brasileiro	244
6.4. Indenização Pela Escravidão	252
Conclusão	257
Posfácio.....	261
Referências Bibliográficas.....	269